

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.009](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.009)

A GESTÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA COMO SUBSÍDIO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES ACADÊMICAS DENTRO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA MULTICAMPI

[Karoliny de Angellis Mendes Silva](#)

Mestranda do Programa Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) da Universidade do Estado da Bahia - Ba, kangellis@hotmail.com;

[Caroline Tourinho Matos](#)

Mestra do Programa Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) da Universidade do Estado da Bahia - Ba, carolineturiso@gmail.com;

[Lídia Boaventura Pimenta](#)

Doutora do Programa em Educação pela Universidade Federal da Bahia- Ba, lpimenta@uneb.br;

RESUMO

Este trabalho aborda a relação entre a gestão da infraestrutura física e a implementação de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) na instituição universitária, buscando enfatizar, no contexto do planejamento e da lei do Sinaes, a importância dessa relação para gestão universitária de uma Instituição de Ensino Superior (IES). Nesta linha, estabeleceu-se como objetivo do presente trabalho a discussão da relação entre a gestão da infraestrutura física e a implementação de PPC na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Empregou-se como percurso metodológico a natureza descritiva, apoiado na abordagem qualitativa, utilizando-se da instrumentalização das pesquisas bibliográfica e documental. Os resultados qualitativos demonstraram, a partir da análise do PPC do curso de Agroecologia - Campus XII-UNEB, na cidade de Guanambi/Ba, que o detalhamento da infraestrutura física constante no referido

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.009](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.009)

A GESTÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA COMO SUBSÍDIO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES ACADÊMICAS DENTRO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA MULTICAMPI

projeto, subsidia as respostas de maneira eficaz e atende às exigências impostas pelos instrumentos de avaliação de cursos de graduação contidas na lei do Sinaes. E demonstrou que o processo de gestão da infraestrutura e sua relação com a implantação do PPC, revela-se um elo imprescindível para a equipe gestora, já que mobiliza a comunidade universitária em torno da questão pedagógica, e a sua desconexão, certamente, resultará em ambientes desordenados e improvisados no que tange a infraestrutura física, sem a qualidade almejada, com custos elevados e em dissonância com os pilares de ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Gestão da Infraestrutura Física, Projeto Pedagógico do Curso, Planejamento, Sinaes.

INTRODUÇÃO

As Instituições de Educação Superior (IES) são organizações que possuem caráter sistêmico, caracterizado pela existência de diversos processos institucionais complexos, predispostos para atender às funções do ensino, pesquisa, extensão. As universidades, notadamente as públicas, como é o caso da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), qualificada pela multicampia, devem satisfazer a demanda dos territórios de identidade, nos quais encontra-se inserida, no intuito de atender à sua missão e a função social. Em razão dessa complexidade dos processos, apresenta como maior desafio, o gerenciamento das suas atribuições num cenário de escassez de recursos financeiros, por exemplo, o que conduz os gestores à necessidade da prática de um planejamento efetivo, além de controle e avaliação dos resultados das ações e atividades desenvolvidas.

A UNEB, fundada em 1983, através da Lei delegada nº. 66 de 01 de junho do mesmo ano, uma autarquia de regime especial, vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia é organizada sob o sistema *multicampi* de educação superior. A UNEB é multiregional e por isso está presente em 19 Territórios de Identidade do Estado, possuindo 30 Departamentos, distribuídos em 24 campi, em 24 municípios baianos. Conta ainda com 02 *campi* avançados, a saber: Canudos e Lauro de Freitas. Por ser a maior universidade pública *multicampi* do estado e atender à diversas localidades, em realidades distintas, a responsabilidade da universidade é pujante e seu papel social sobretudo relevante.

Nesse contexto no qual a gestão de uma Universidade é complexa visto que diversos processos, atividades, demandas coexistem e devem ser executados concomitantemente nas perspectivas do ensino, pesquisa e extensão, somada às diversas mudanças no viés da gestão pública, principalmente no que se refere à adoção de um pensamento gerencial, direcionado para a incorporação de conceitos como: busca contínua pelo planejamento efetivo, eficácia e eficiência das ações e resultados institucionais. Sendo este último, expresso na Constituição Federal de 1988, faz emergir uma nova tendência na administração pública, qual seja: a busca por soluções de maneira eficiente que atendam a demanda e direcionem para o

alcance do objetivo institucional de forma a dar resultados para questões concretas, dentro do contexto legal, mas que tragam efetividade à prestação do serviço público.

Nessa perspectiva, a gestão da infraestrutura física deve ocorrer de forma que haja a integração entre o planejamento e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Dado que possivelmente, essa relação contribuirá para qualidade do ensino, pois assim o espaço acadêmico será adequado às especificidades de cada atividade e cursos.

Para desenvolver as ações de ensino, pesquisa e extensão, as Universidades investem em infraestrutura física, tecnológica e de gestão de pessoas. Este estudo aborda a questão da infraestrutura física, em especial na UNEB, sob a ótica da relação entre a implementação do PPC e o eixo nº 5 previsto na Lei Federal nº 10.861/2004, mais conhecida como Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Assim, considerando a motivação das autoras em discutir a citada relação, é trazida a seguinte questão problema: como a gestão da infraestrutura física se relaciona com a implementação de PPC na instituição universitária? Nesta linha, estabelece-se como objetivo desse artigo: discutir a relação entre a gestão da infraestrutura física e a implementação de PPC na UNEB.

Nesse viés, o PPC se caracteriza por ser um instrumento de planejamento que apresenta a descrição dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) delineando o desenvolvimento das atividades pedagógicas à luz do Ministério da Educação (MEC) e dos Conselhos Estaduais de Educação. Os seus fundamentos encontram-se nas diretrizes curriculares oriundas do Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo avaliados periodicamente conforme a Lei de Sinaes e Decreto Federal Nº 9.235/ 2017.

Segundo Gracioso (1996), planejar não apenas é possível, mas cada vez mais necessário. Nesse contexto, no que se refere às universidades não é diferente, pois é o PPC que norteará questões como as diretrizes metodológicas e pedagógicas que o curso deve assumir, como: estrutura curricular, a carga horária, estrutura física necessária, dentre outros elementos, funcionando como uma espécie de manual de curso. Posto que organiza os princípios e a prática a ser desenvolvida em articulação com as atividades de pesquisa, ensino e extensão com objetivo de formar o profissional.

Segundo Altounian (2016), a dimensão da infraestrutura física, caracterizada pelas obras públicas, destaca-se no grupo de investimentos realizados no âmbito da Administração Pública, em virtude da concretude, visibilidade e pela própria importância social da infraestrutura construída e seu impacto na formação do patrimônio público. No que se refere à universidade não é diferente, pois a estrutura física representa a expressão de sua estrutura organizacional, acadêmica e administrativa, requerendo que seja planejada de forma estratégica, a fim de suprir as necessidades básicas de suas atividades fins.

Nesse diapasão, com o intuito de apurar a qualidade da educação superior e orientar a expansão da oferta, mediante análise das instituições, cursos e desempenho dos estudantes, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) traz no seu bojo como um dos 5 eixos avaliativos, a aferição quanto à eficiência da infraestrutura física universitária (BRASIL, 2004). Nesse contexto, ressalta-se que ela deve ser ofertada de maneira eficiente, gerando socialização e aprendizagem para a comunidade acadêmica e deve ser desenvolvida em conformidade com o planejamento estratégico e documentos institucionais.

METODOLOGIA

O percurso metodológico possui natureza exploratória e descritiva, apoiado na abordagem qualitativa, a qual traz a complementaridade para a análise e discussões finais (MINAYO, 1997). A pesquisa descritiva possui como principal objetivo, descrever as características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de correlações entre as variáveis de determinada realidade, permitindo confrontá-las para obter as respostas e então, analisá-las (GIL, 2007).

Conforme Minayo(1997), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Para André (2004, p.17) a abordagem qualitativa se caracteriza por ser um “[...] estudo do fenômeno em seu acontecer natural”, levando em conta todos os componentes de uma situação.

É rica em dados descritivos, com um plano aberto e flexível, focalizando a realidade de forma complexa e contextualizada.

Paralelo a isso, a fim de melhor atender o objetivo proposto realizou-se um estudo por meio de uma pesquisa de cunho documental e bibliográfico, baseada na análise do PPC do curso de Agroecologia - Campus XII-UNEB, na cidade de Guanambi/Ba, associada à lei do Sinaes, no intuito de aprofundar as reflexões e criar os espaços de diálogos e inovar por meio dos resultados encontrados (GIL, 2007).

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de referências teóricas publicadas com o objetivo de obter informações ou conhecimentos prévios, sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. Um trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Tendo como primeiro passo, a exploração das fontes documentais, nesse estudo, os documentos, que se configuram como dados primários, pois não receberam nenhum tipo de trabalho analítico (GIL, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao abordamos a gestão de uma IES, se faz oportuno considerar a forma na qual seus procedimentos e processos são desenvolvidos e articulados. Já que essas organizações interagem com os ambientes interno e externo, fundamentalmente com o objetivo de entender e atender às necessidades, oportunidades, a expansão quantitativa e qualitativa e aliá-las aos recursos disponíveis e à realização das atividades institucionais. Por ambiente das organizações, para esse estudo, considerou-se que são instituições ou forças que têm o potencial de afetar nas decisões e desempenho da universidade. (DA SILVA OLIVEIRA, 2018).

Essa seção busca trazer alguns conceitos, autores e exemplos acerca do tema estudado, a fim de que o leitor possa compreender de forma mais aprofundada a temática abordada. Assim, inicialmente, as autoras trazem a vertente da cultura do planejar que está cada vez mais presente na execução das atividades da Instituição de Ensino Superior. Visto que, segundo Luck (2003), planejar significa ter que considerar o envolvimento de um elevado número de interessados que precisam ser compreendidos, contemplados e

envolvidos para articular diversos recursos da mesma instituição em torno da integração das variadas atividades, dentre elas, a gestão da infraestrutura física, cerne da nossa questão problema.

Para viabilizar o processo do ensino e aprendizagem é pertinente compreender a demanda referente à estrutura física, bem como o planejamento adequado que aliado ao estabelecimento de uma comunicação eficiente entre áreas administrativa e acadêmica concorrem para a melhoria da qualidade do ensino. Isto é, proporciona a construção de ambientes adequados, seja para discentes, servidores e comunidade externa, favorece a adequada programação de desembolso financeiro e permite que a universidade atinja sua missão e função social.

Sobre a construção do projeto pedagógico do curso, Veiga (2012) enfatiza que a falta de clareza na ideia do PPC tem como efeito uma implantação de forma burocrática e segmentada, direcionada para cumprir determinações provenientes do poder central e da legislação. Argumenta ainda, que o PPC procura unicidade entre teoria e prática, fazendo emergir o desafio de realizar e executar o planejamento, de forma que a estrutura física da universidade esteja adequada para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas e especificidades de cada curso.

A ideia básica do PPC é planejar todo o curso de forma orgânica, objetivando a sistematização de sua identidade e a definição do profissional a ser formado. O PPC delinea intencionalidades e perfis profissionais, demonstra a organização curricular (objetivos, conteúdo, metodologia, recursos didáticos e avaliação), analisa as condições de trabalho, otimiza recursos humanos, físicos e financeiros, estabelece e administra tempo para o desenvolvimento de atividades e coordena os esforços em direção a objetivos e compromissos futuros (VEIGA, 2012).

Ressalta-se que após a aprovação do curso, inicia-se o seu processo de reconhecimento, a partir do qual a IES poderá emitir diplomas aos graduados e para tanto a comissão avaliadora utiliza como ferramenta de análise, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG) que traz no seu bojo três dimensões a serem verificadas, quais sejam: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura, todos constantes no Projeto Pedagógico do Curso.

Nessa perspectiva, o PPC deve ser um documento dinâmico por sofrer influências de fatores externos e internos que demandam atualizações, tais como: Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e institucionais: normas do Ministério da Educação (MEC) e da UNEB, por exemplo: diretrizes para extensão na educação superior; Implementação dos “Planos de Ações” e “Planos de Melhorias” elaborados pelo curso e por suas comissões, assim como Melhorias identificadas para o curso, a partir dos processos de avaliação externa e interna, por exemplo: resultados em relatórios do MEC ou do Conselho Estadual de Educação – Bahia, considerando que a UNEB é uma instituição estadual (a partir de avaliações in loco), além de outros constantes na lei de Sinaes.

Diante dessa panorama, é possível identificar o PPC interconectado ao processo formativo, como um elemento que sintetiza os diversos componentes das políticas educacionais para o ensino superior, ao passo que se relaciona com a práxis da sala de aula, incluindo aqui, a infraestrutura física, abordada pelas pesquisadoras.

A infraestrutura física reflete a imagem acadêmica-construtiva da universidade em virtude de ser composta por pavilhões administrativos, salas de aula, laboratórios nas diversas áreas do conhecimento, residências e restaurantes universitários, creches, clínicas, farmácia-escola, dentre outras. Tudo isso, faz parte da complexa gestão universitária, a qual requer que os gestores lidem com a expansão dos cursos ofertados, que associada à inovação tecnológica, demandam novas necessidades em termos de edificações e equipamentos.

Nesse contexto, Marques *et al* (2010) assevera que a formação dos profissionais nas IES é influenciada também, pelas condições proporcionadas pela infraestrutura física. Sendo assim, as condições neste aspecto, determinantes para o desenvolvimento satisfatório do discente universitário. E quando se fala de IES públicas, a infraestrutura abordada nesse texto, acaba tendo um destaque, em razão das diversas limitações provocadas pela escassez de recursos orçamentários e financeiros, o que pode vir a comprometer o funcionamento eficiente das atividades acadêmicas.

A infraestrutura discutida, especificamente, tem como escopo a análise de questões relacionadas às atividades de ensino,

pesquisa e extensão, na perspectiva das políticas institucionais, tais como: conservação, atualização, segurança, recursos de informação e comunicação, estímulo à utilização dos meios em função dos fins e sua aplicação no desenvolvimento de práticas pedagógicas. A avaliação da infraestrutura física da instituição contribui para a prática do ensino, subsidiando o cumprimento da missão e objetivos institucionais.

Na obra *Urbanismo y Participación* de Christopher Alexander (1976 *apud* Battaus, 2015), as universidades necessitam ordenar seu crescimento urbanístico para transformá-lo em um campus universitário organizado do ponto de vista construtivo atentando para o princípio da participação, onde as decisões sobre o que e como se deve construir, assim como a sua avaliação perpassam pela participação da comunidade acadêmica que deve estar atenta ao Projeto Pedagógico dos Cursos ofertados em cada um dos *campi*.

Nesse prisma, a UNEB caracterizada pelo modelo *multicampi* está estruturada a partir de uma Administração Central localizada em Salvador, onde ainda conta com *campi* nos bairros Cabula, Pelourinho e Jequitáia, bem assim os 24 *campi* situados em municípios de médio e grande porte, com significativa influência em suas regiões. Apresenta uma inserção em 19 Territórios de Identidade do estado da Bahia, responsável pela oferta de mais de 150 cursos de graduação de oferta contínua, em média 46 cursos em programas especiais de formação e 29 programas de pós-graduação *stricto sensu*, representados no mapa a seguir:

Figura 1 - Mapa de localização dos Campi da UNEB



Fonte: Planejamento Estratégico da UNEB (UNEB, 2013)

O gerenciamento da dimensão física unebiana é de responsabilidade da Pró-reitoria de Infraestrutura (Proinfra) que tem sua atuação fortalecida a partir da publicação da Resolução nº 1.050/2014 pelo Conselho Universitário, que dispõe sobre os critérios para criação e autorização de funcionamento dos Cursos de Graduação presencial, procedimentos para elaboração de projetos e tramitação dos respectivos processos, posto que prevê análise e parecer da Proinfra quanto ao planejamento financeiro e orçamentário com vistas a atender a demanda de espaços físicos, por pelo menos a conclusão da primeira turma do curso que se pretende aprovar, conforme art. 4º, inciso III da citada resolução.

Assim, a integração entre o planejamento elaborado pela Proinfra e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) se consolida como aspecto relevante, pois subsidiam o efetivo desenvolvimento do curso pretendido, além de contribuir para a redução dos custos das construções, que impactam sensivelmente, o orçamento universitário.

A elaboração do PPC sem um planejamento integrado, principalmente no que tange à infraestrutura física poderá comprometer o processo ensino-aprendizagem e formação dos futuros profissionais, na medida em que a proposta delineada no PPC e necessária para a concepção das diversas atividades que envolvem um curso poderão ser deixadas de ser atendidas, por exemplo.

Apesar da vantagem trazida pela multicampia, em razão da UNEB alcançar os mais diversos territórios de identidade do estado, atendendo às suas demandas sócio educacionais, simultaneamente, aquela se apresenta como desvantagem, na medida em que essa dispersão geográfica de unidades institucionais, cria dificuldades de natureza administrativa e de gestão acadêmica, Fialho (2005), como: a falta de unicidade e padronização dos processos e atividades da universidade em razão das realidades distintas de cada um dos *campi*.

A práxis do planejamento como conexão das necessidades relacionadas à infraestrutura física e às próprias práticas pedagógicas numa IES representa o compromisso ético com a concretização do perfil profissional de conclusão do curso previsto no PPC.

Nesse esteio, configura-se imprescindível o alinhamento entre as políticas organizacionais e as estratégias gerenciais, tanto na área administrativa, como na acadêmica da IES. Com intuito que o investimento em infraestrutura física, tecnológica e de gestão de pessoas seja efetivo e eficaz. E para subsidiar esse alinhamento, conforme Tofik e Colombo (2013), os instrumentos de planejamento da organização curricular, como: Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o PPC caracterizam-se como macroprocessos que norteiam a gestão acadêmica.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) que é um documento orientador da ação educativa do curso de graduação, explicitando os fundamentos da gestão acadêmica, pedagógica e administrativa, e as ações a serem adotadas na condução do processo de ensino-aprendizagem da graduação, como já dito. Nesse viés, Ristoff e Giolo (2006) informam que o PPC fornece aos docentes, técnicos e discentes, a estrutura e organização de um curso a partir dos fundamentos filosóficos e legais do PPI e PDI da instituição.

O Decreto Federal nº 9235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições

de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino, preconiza nos artigos 20 e 21, a necessidade do PDI para pedido de credenciamento da IES junto ao MEC, assim como traz os elementos mínimos que devem constar no referido plano, dentre eles a infraestrutura física para o ensino presencial e para a educação a distância.

Nesse contexto, as pesquisadoras utilizaram como PPC norteador para a análise do planejamento da infraestrutura física, o referente ao curso de Agroecologia/2021, pleiteado para ser implantando no *campus* XII – Guanambi, atende ao disposto na Resolução Conselho Universitário (CONSU) nº1050/2014 e que no item 18 – Infraestrutura do Departamento de Educação (DEDC), págs. 143 à 146, descreve todos os equipamentos existentes, indicando as efetivas possibilidades de contínuo e articulado aproveitamento para o curso em tela, em conformidade com os princípios da interdisciplinaridade, contextualização e integração entre teoria e prática, no processo de ensino e aprendizagem.

O item 18 supracitado enuncia: a infraestrutura física, detalhando o quantitativo e metragem de pavilhões e prédios anexos, salas de aulas, instalações administrativas, sala de docentes, laboratórios, biblioteca, o almoxarifado, o arquivo permanente, cantina e a residência universitária com capacidade para 40 estudantes.

Enuncia ainda, a robustez da aparelhagem esportiva, a saber: piscina semiolímpica, quadra poliesportiva coberta, quadra de areia, campo de futebol, academia de ginástica e outros. Cita também, espaços físicos destinados às atividades de grupo de pesquisa e atividades de projetos de extensão, além de contar com salas para os Diretórios Acadêmicos dos cursos, da Empresa Júnior e de atendimento psicológico. Destacando que o projeto de construção do campus priorizou a valorização da acessibilidade e dos espaços verdes, por meio da iluminação natural em sala de aula, laboratórios, por exemplo e de reformas para facilitar o acesso às pessoas com deficiência (PcD) às dependências do campus. Foram acostadas plantas arquitetônicas para melhor compreensão e visualização do espaço do referido campus.

Após análise do projeto do curso pelas instâncias participantes do processo, âmbito interno, as Pró-reitorias em conformidade com a Resolução nº1050/2014, já mencionada, emitiram pareceres

que atestaram a viabilidade da implantação do curso, em razão do PPC está em consonância com o planejamento da unidade, *campus* Guanambi, apresentar infraestrutura física adequada às demandas do curso, atender às diretrizes constantes no PDI (2017-2022), no Programa de Gestão (Progest 2018-2021) e no PPI, que são documentos institucionais que balizam e referenciam ações e metas de investimentos estratégicos para a manutenção da UNEB, enquanto instituição universitária, e na sua missão referente ao Plano de Expansão e Interiorização dos cursos de graduação no estado da Bahia.

Diante desse cenário de conformidade com as resoluções internas (UNEB) e externas (MEC), tal documento poderá ser submetido à verificação e avaliação *in loco* pela Comissão de Reconhecimento designada pelo Conselho Estadual de Educação, em virtude da UNEB integrar o sistema estadual de ensino, para embasar suas decisões regulatórias quanto ao deferimento do ato autorizativo e reconhecimento do curso.

O PPC enquanto instrumento de gestão acadêmica, subsidia a avaliação da instituição através da Lei do Sinaes, que segundo Polidori, Marinho-Araújo, Barreyro (2006), surgiu como proposta de ser um sistema integrador, garantindo informações e análises da totalidade da educação superior. Assentindo, dessa forma, que as políticas educacionais fossem implantadas tanto em nível nacional pelos órgãos pertinentes quanto em âmbito institucional, articuladas pelas IES.

A referida lei prevê 5 eixos avaliativos e 10 dimensões de avaliação contemplando a avaliação da IES como um todo, e dentre os eixos, encontra-se a infraestrutura física, onde são verificadas as condições que a IES apresenta para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão (BRASIL, 2014). Avaliar a infraestrutura física da instituição significa verificar o local das atividades e de convívio da comunidade acadêmica. A seguir, as autoras trazem o quadro com eixos e dimensões do Sinaes, conforme Fig.2 abaixo:

Figura 2 - Eixos e Dimensões de Avaliação - Sinaes

EIXOS E DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO SEGUNDO O SINAES

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional
Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional
Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Eixo 3: Políticas Acadêmicas
Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade
Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Eixo 4: Políticas de Gestão
Dimensão 5: Políticas de Pessoal
Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição
Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Eixo 5: Infraestrutura Física
Dimensão 7: Infraestrutura Física

Fonte: Elaborado pelas autoras deste estudo (2022).

Conforme orientações gerais de autoavaliação do SINAES, no que tange ao Eixo 5 - Infraestrutura Física, ordena-se em três categorias: núcleo básico e comum, núcleo de temas optativos e núcleo de documentação, dados e indicadores, conforme Fig.3 a seguir:

Figura 3 - Roteiro de autoavaliação do SINAES para o eixo 5 - Infraestrutura

INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

1 - NÚCLEO BÁSICO E COMUM

- Adequação da infraestrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins;
- Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

2 - NÚCLEO DE TEMAS OPTATIVOS

- A quantidade de laboratórios é adequada para as necessidades da instituição em relação aos cursos e à quantidade dos estudantes?

INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- O espaço é suficiente para que os estudantes desempenhem as atividades programadas?
- Qual é o nível de funcionalidade dos laboratórios, bibliotecas, oficinas, espaços experimentais?
- Qual é o estado de conservação dos laboratórios e bibliotecas? Quais são as carências mais relevantes?
- Os equipamentos dos laboratórios são adequados em quantidade e qualidade? Justifique.
- Quais são as características dos laboratórios e bibliotecas quanto à iluminação, refrigeração, acústica, ventilação, mobiliário e limpeza?
- A quantidade de postos na biblioteca e salas de leitura é adequada às necessidades dos usuários? Justifique.
- Os horários e calendário da biblioteca respondem às necessidades dos estudantes nos turnos oferecidos pela IES (diurnos e noturnos)? Justifique.
- Os equipamentos da biblioteca têm a quantidade e qualidade necessárias? Justifique.
- A organização dos materiais e o volume de consultas e empréstimos são adequados? Justifique. São informatizados?
- Qual é a disponibilidade dos materiais em relação à demanda?
- Qual é a disponibilidade da bibliografia obrigatória ou recomendada em relação à demanda?
- Qual é o grau de satisfação dos usuários com relação ao sistema de acesso aos materiais e à sua consulta? Justifique.
- Qual é o grau de satisfação dos usuários com a quantidade, qualidade e acessibilidade da bibliografia? Justifique.
- Qual é o grau de satisfação dos estudantes com os laboratórios e as bibliotecas da IES? Justifique.
- Existem procedimentos claros para adquirir, manter, revisar e atualizar as instalações e recursos necessários?
- São suficientes a infraestrutura, as instalações e os recursos educativos? Justifique.
- A instituição possui, em seu quadro de pessoal, os profissionais técnico-administrativos necessários para o uso e manutenção das instalações/infraestrutura? Justifique.
- As instalações são adequadas e adaptadas para os estudantes com necessidades especiais? Justifique.
- Há locais de convívio disponíveis aos discentes, docentes e funcionários técnico administrativos? Descreva-os.
- Há coerência entre as bibliotecas, laboratórios, equipamentos de informática e as práticas pedagógicas dos docentes? Justifique

3 - DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES

- N^o de salas de aula;
- N^o de instalações administrativas;
- N^o e condições das salas de docentes;

INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- Nº e condições das salas de reuniões;
- Nº e condições dos gabinetes de trabalho;
- Nº e condições das salas de conferência/auditórios;
- Nº e condições das instalações sanitárias; existência de áreas de convivência; acessos para portadores de necessidades especiais;
- Nº de equipamentos (informática, laboratórios, apoio administrativo);
- Nº de bibliotecas (central e setoriais); acesso a bases de dados e bibliotecas virtuais;
- Nº de livros, periódicos e títulos em geral;
- Nº e condições de laboratórios de informática;
- Nº de equipamentos informáticos, condições de uso e acesso pelos estudantes;
- Nº e condições de laboratórios específicos;
- Descrição do plano de segurança, proteção de riscos e proteção ambiental;
- Questionários de satisfação dos usuários sobre as instalações em geral e especialmente sobre a biblioteca, laboratórios e equipamentos informáticos;

Fonte: Elaborado pelas autoras deste estudo (2022).

Diante desses quadros e do detalhamento da infraestrutura física apresentado no PPC do curso de Agroecologia- campus XII- Guanambi acima citados, observa-se que o projeto do curso, na dimensão em tela, subsidia as respostas de maneira eficaz e atende às exigências impostas pelos instrumentos de avaliação de cursos de graduação podendo ser passível de aprovação e reconhecimento do curso.

Ressalta-se que os cursos de graduação devem ter autorização para iniciar suas atividades, para depois obter o reconhecimento do curso, que possibilitará à IES emitir diplomas aos graduados (INEP, 2017). E posteriormente, de acordo com a legislação pertinente, as instituições se submetem a processo avaliativo periódico para obter a renovação do reconhecimento, necessário para a continuidade da oferta do curso.

De acordo com o entendimento de Santos (2018), o eixo de infraestrutura é o mais visível à toda comunidade acadêmica pela própria importância social da infraestrutura construída, como já dito anteriormente e portanto, sendo um dos aspectos mais observados e avaliados pelos usuários. Assim, os dados obtidos acerca dessa

dimensão poderão ser utilizados como subsídios para diagnóstico e aprimoramento institucional, tal como auxiliar nas decisões e na prestação de contas à comunidade acadêmica e à sociedade.

Reforçando essa compreensão, Araújo *et al* (2016) afirma que os dados de infraestrutura contribuem para a formulação de políticas institucionais, possibilitando a articulação do planejamento e avaliação, e, conseqüentemente, a melhoria do desenvolvimento institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou discutir a relação entre a gestão da infraestrutura física e a implementação do Projeto Pedagógico de Curso na Universidade do Estado da Bahia, especificamente no curso de Agroecologia, campus Guanambi, utilizando-se pesquisa de natureza descritiva e abordagem qualitativa, instrumentalizada pelas pesquisas bibliográfica e documental.

A UNEB, ao preocupar-se com alinhamento da comunicação entre a área administrativa e acadêmica, ou seja, entre planejamento por meio da gestão da infraestrutura e a implementação de um curso, corrobora para o alcance dos objetivos da instituição de forma eficaz e eficiente, na medida em que proporciona um planejamento de ações e a execução física, orçamentária e financeira, qualificadas e em tempo real. Contribuindo para que o PPC, de fato, seja um valioso instrumento de gestão acadêmica. Posto que subsidia o processo de aprovação, reconhecimento e sua renovação que culminará na completa viabilidade da implantação do curso requerido.

A qualidade do ensino ofertado nas universidades está intimamente relacionada à identificação e atenção aos fatores que demonstrem a organização administrativa, a didático-pedagógica e infraestrutura. Deste modo, o PPC constitui-se um sustentáculo da atividade universitária direcionado para o tripé ensino pesquisa e extensão, integrado tanto no PPI como no PDI institucional.

Acredita-se que este estudo alcançou o objetivo estabelecido, uma vez que tornou possível estudar o processo de gestão da infraestrutura e sua relação com a implantação do PPC, demonstrando que esse elo é imprescindível, já que mobiliza a comunidade

universitária em torno da questão pedagógica e sua desconexão, certamente, resultará em ambientes desordenados, improvisados, sem a qualidade almejada e com custos elevados. O PPC deve ser visto para além da concepção de um instrumento rígido, deve, pois, ser um referencial indicativo dos rumos que viabiliza a análise dos resultados decorrentes da interconexão entre as atividades universitárias, e assim, exercendo seu papel de instrumento da gestão universitária.

REFERÊNCIAS

ALTOUNIAN, C. S. **Obras públicas**: licitação, contratação, fiscalização e utilização – 5.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas, SP, 2004, p.17.

ARAÚJO, B. L.T. de et al. Recredenciamento das IES junto ao SINAES: uma análise do conceito obtido nas dimensões pela Universidade Federal de Rondônia no último processo. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, 16., 2016, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...] Florianópolis: UFSC, 2016.** Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/171056/OK%20-%20101_00565.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 jun. 2022.

BATTAUS, DANILA MARTINS DE ALENCAR. O New Urbanism e a linguagem de padrões de Christopher Alexander. **Oculum Ensaios**, v. 12, n. 1, p. 111-126, 2015. Disponível em file:///C:/Users/Karol%20de%20Angellis/Downloads/351733757009.pdf Acesso em: 04 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 15 out. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. Decreto Federal Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das

instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]** Brasília, DF, 18 dez. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm. Acesso em: 02 jul. 2022.

BRASIL. MEC/INEP/CONAES/SINAES. **Roteiro de autoavaliação institucional: orientações gerais**. Brasília: INEP, 2004.

BRASIL. MEC/INEP/DAES. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a distância: Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento**. Brasília: INEP, 2017.

DA SILVA OLIVEIRA, Ronniel et al. O desempenho organizacional de uma instituição de ensino superior: uma análise da capacidade de absorção do potencial e da inovação. **BASE-Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos (ISSN: 1984-8196)**, v. 15, n. 4, pág. 292-306, 2018. Disponível em <<http://revistas.unisinos.br/index.php/base/article/view/base.2018.154.04/60746641>. Acesso em: 10 jul. 2022.

FIALHO, N. H. **Universidade Multicampi**. Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007, p.44; p.52.

GRACIOSO, Francisco. **Planejamento Estratégico Orientado para o Mercado: Como planejar o crescimento da empresa conciliando recursos e "cultura" com as oportunidades do ambiente externo**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LÜCK, H. **Metodologia de Projetos**. 3. ed. p.13. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MARQUES, Carolina Sampaio; PEREIRA, Breno Augusto Diniz; ALVES, Juliano Nunes. Identificação dos Principais Fatores Relacionados à Infraestrutura Universitária: uma análise em uma IES pública. **Revista Sociais e Humanas**, v. 23, n. 1, p. 91-103, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Karol%20de%20Angellis/Downloads/sheilakocourek,+ART+7.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2022.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

POLIDORI, Marlis Morosini; MARINHO-ARAUJO, Claisy M.; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 14, n. 53, p. 425-436, 2006. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgiclfndmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fj%2Fensaio%2Fa%-2FmrycNktVzr36Nn5njkjSZv%2F%3Fformat%3Dpdf%26lang%3Dpt&clen=147239&chunk=true>. Acesso em: 01 mai. 2022.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O SINAES como sistema. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 3, n. 6, 2006. Disponível em <file:///C:/Users/Karol%20de%20Angellis/Downloads/106-Texto%20do%20artigo-210-1-10-20110404.pdf> Acesso em: 25 mai. 2022.

SANTOS, A. O. **Análise do grau de maturidade do eixo de infraestrutura física com base no modelo MMGP/PRADO**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação, Florianópolis, 2018.

TOFIK, Denise Sawaia; COLOMBO, Sonia S. **A gestão acadêmica nas instituições de ensino superior**. Porto Alegre, RS: Penso, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt--BR&lr=&id=2X5eAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=P104A&dq=conforme+Tofik+(2013),&ots=qtg7OfoYIS&sig=tW7ipBvZznL_0wiAomVQif3Me9Q#v=onepage&q&f=false> . Acesso em: 02 mai. 2022.

UNEB. Resolução do Conselho Universitário (CONSU) nº 1.050, de 26 de março de 2022, que dispõe sobre os critérios para criação e autorização de funcionamento dos Cursos de Graduação presencial, procedimentos para elaboração de projetos e tramitação dos respectivos processos. Disponível em: <http://conselhos.uneb.br/wp-content/uploads/2021/05/1050-consu-Res.-Critérios-para-criacao-e-funcionamento-Cursos-de-graduacao.pdf> Acesso em: 11 mai. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Projeto Pedagógico** do Curso de Licenciatura em Agroecologia. Guanambi, 2021.